

CONTRIBUIÇÃO PARA A RECOMPOSIÇÃO DA GEOGRAFIA PRETÉRITA DE ALFENAS (MG): AGENTES, OBJETOS E PROCESSOS

Rafaela do Rosário Davi¹

Gil Carlos Silveira Porto²

RESUMO: A formação socioespacial brasileira não se operaria sem a criação de vilas e cidades. Esses objetos geográficos, dispostos em pontos escolhidos estrategicamente pela Coroa Portuguesa e por seus representantes, serviram de base para o início e a expansão dos diferentes usos do meio natural da colônia desde o século XVII. A cidade de Alfenas, cujo marco inicial de sua formação se deu em 1799, foi um reflexo desse projeto, que contribuiu juntamente com todos os assentamentos humanos erigidos ao processo de formação socioespacial brasileira. Desse modo, o objetivo deste trabalho é destacar ações e suas formas materiais que, desde o período colonial, vêm direcionando a formação das Minas Gerais, do Sul de Minas e do município de Alfenas. Dentre os aspectos destacados, buscou-se analisar elementos do espaço, suas funções e agentes que estruturam o território municipal de Alfenas entre o último quartel do século XIX e meados do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: geografia histórica; formação socioespacial; agentes; Alfenas-MG.

CONTRIBUTION FOR THE RECOMPOSITION OF PRETERIT GEOGRAPHY OF ALFENAS (MG): AGENTS, OBJECTS AND PROCESSES

ABSTRACT: The brazilian socio-spatial formation would not operate without the creation of towns and cities. These geographical objects, arranged in points strategically chosen by the Portuguese Crown and by their representatives, served as the basis for the beginning and expansion of the different uses of the natural environment of the colony since the 17th century. Thus, the objective of this work is to highlight actions and their material forms, which since the colonial period have been directing the formation of Minas Gerais, the South of Minas Gerais and the municipality of Alfenas. Among the aspects highlighted we sought to analyze elements of space, its functions and agents that structure the municipal territory of Alfenas between the last quarter of the 19th century and the mid-20th century.

¹ Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: rafaela.davi@sou.unifal-mg.edu.br

² Professor Adjunto na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: gil.porto@unifal-mg.edu.br

KEYWORDS: historical geography; socio-spatial formation; agents; Alfenas-MG.

CONTRIBUCIÓN PARA LA RECOMPOSICIÓN DE LA PRETÉRITA GEOGRAFÍA DE ALFENAS (MG): AGENTES, OBJETOS Y PROCESOS

RESUMEN: La formación socioespacial brasileña no operaría sin la creación de pueblos y ciudades. Estos objetos geográficos, dispuestos en puntos estratégicamente elegidos por la Corona Portuguesa y por sus representantes, sirvieron de base para el inicio y la expansión de los diferentes usos del entorno natural de la colonia desde el siglo XVII. Así, el objetivo de este trabajo es destacar las acciones y sus formas materiales que, desde el período colonial, han estado dirigiendo la formación de Minas Gerais, el sur de Minas Gerais y el municipio de Alfenas. Entre los aspectos destacados, buscamos analizar elementos del espacio, sus funciones y agentes que estructuran el territorio municipal de Alfenas entre el último cuarto del siglo XIX y mediados del siglo XX.

PALABRAS CLAVE: geografía histórica; formación socioespacial; agentes; Alfenas-MG.

INTRODUÇÃO

A discussão realizada no presente escrito parte da compreensão de que o uso do território brasileiro desde o século XVI foi e continua sendo o resultado, sobretudo, de necessidades externas. Por esse motivo, desde a extração do pau-brasil, passando pelo envio da cana-de-açúcar e do ouro à metrópole portuguesa e, mais recentemente, pela exportação do café e de *commodities* mais modernas, o fato é que essa dinâmica sempre esteve atrelada ao domínio do capitalismo em suas diferentes fases e que vem se constituindo, desde as Grandes Navegações, no modo de produção dominante.

Embora existissem no período colonial, e mesmo antes dele, “modos de produção particulares”, com a investida portuguesa para ocupar as terras descobertas a partir de 1530, o fato é que todas essas práticas estavam embutidas no processo de formação socioespacial do território hoje denominado Brasil. Desse modo, o estabelecimento de fortes, a extração dispersa de recursos naturais, a construção de caminhos, e mais tarde de

ferrovias e estradas pavimentadas, bem como a criação de vilas e cidades, sempre constituíram reflexo e ao mesmo tempo condição dessa formação.

Desse modo, o presente artigo pretende contribuir para a recomposição da formação socioespacial brasileira, atividade de pesquisa sempre aberta a novas interpretações e acréscimos, a partir do estudo da forma como se deu a criação e a consolidação da cidade de Alfenas (MG), considerada por nós como elemento ou fração de uma totalidade maior, representada, inicialmente, pela província de Minas Gerais e, depois, pela parte na qual se insere, a zona conhecida hoje como o Sul de Minas.

Inicialmente, discorreremos sobre a província mineira destacando as mudanças administrativas, políticas e econômicas que repercutiram na forma de uso da natureza pela Coroa Portuguesa. Em seguida focalizaremos a análise da maneira como se deram mudanças semelhantes na região onde se insere a cidade de Alfenas, para em seguida discorrer sobre o processo de criação e consolidação dessa cidade considerando o papel de diferentes variáveis, como população, atividades econômicas e objetos geográficos que foram sendo incorporados à sua paisagem, formas espaciais que estruturam frações específicas de uma dada formação socioespacial.

Esta escrita somente foi possível a partir da realização de uma revisão de literatura, de uma busca de dados e informações em relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, em censos demográficos, almanaques, mapas e outros meios que possibilitaram recompor a dinâmica da cidade no período de 1874 a 1952. Esse período foi definido em função das grandes transformações espaciais, populacionais e técnicas que ocorreram no Brasil em geral e no Sul de Minas em particular. Nesse intervalo de tempo deu-se o início da construção da primeira ferrovia que chegaria ao sul mineiro por conta de uma lei aprovada pelo governador da província em 1874. O fim do período foi marcado pelo início da construção da Rodovia Fernão Dias, em 1952, que anunciava a consolidação

do modal viário e imprimiria nova dinâmica à rede de localidades na qual Alfenas se inseria.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROVÍNCIA MINEIRA

A formação da província de Minas Gerais foi reflexo e condição da formação espacial brasileira. A constituição dessa unidade da federação foi marcada pela atuação de diferentes agentes, como a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica, por exemplo, mas também resultou da atuação do meio natural, que ia sendo transformado em meio geográfico à medida que se intensificava o uso do espaço.

Concorda-se com Santos (1996), para quem a noção de periodização é crucial para o estudo da configuração territorial porque permite a empiricização do tempo e do espaço conjuntamente. E ele acrescenta que é por meio do significado particular de cada fração do tempo que se consegue conhecer o valor de cada objeto num dado momento.

16

Isso significa que a recomposição de uma geografia histórica da província de Minas Gerais, por meio da análise dos vestígios de objetos técnicos que iam sendo incorporados ao meio natural, como caminhos, vilas, cidades, igrejas, fluxos diversos entre outras coisas, somente se dará mediante a aceitação do tempo e do espaço como indissociáveis.

A transformação do meio natural em meio geográfico por meio dos usos dos territórios mineiro e brasileiro foi se dando à medida que iam sendo construídos objetos novos, que por sua vez criavam fluxos de pessoas, mercadorias, informações etc. Essas interações ocorriam em menor ou maior intensidade, com pouca ou muita frequência, e foram essenciais para o desenvolvimento econômico e cultural das populações.

Como sabemos, um marco importante na constituição desse território tal qual o conhecemos e o utilizamos hoje foi a chegada dos portugueses em 1500,

embora seu meio natural já fosse utilizado havia mais de treze mil anos pelos primeiros habitantes dessas terras (GUIDON & ANDREATTA, 1980; GUIDON, 1981). Para Santos e Silveira (2005, p. 28), [...] “a presença do homem já atribui um valor às coisas, que, assim, passam a conter um dado social”. Quando os portugueses iniciaram seu ambicioso projeto de colonização, havia diversos grupos de povos originários dispersos que resistiam à ocupação lusitana e que, a partir do litoral, iam criando e nomeando localidades, extraíndo pau-brasil, construindo feitorias, cultivando açúcar, fumo e criando gado.

Um marco desse processo de fixação e uso do território foi a instalação de vilas e núcleos de ocupação na costa brasileira, a partir das quais se avançava em direção ao interior da colônia. No primeiro século de colonização lusitana foram criadas oito vilas, e em todas elas se construiu pelo menos uma igreja (ABREU, 1996; PORTO, 2018).

PRODUÇÃO DE ESTRUTURAS E FUNCIONALIDADES NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

As terras do atual Estado de Minas Gerais começaram a ser povoadas por povos vindos do Nordeste:

[...] aventureiros baianos e pernambucanos, embalados nos sonhos de riquezas minerais, percorrem, da segunda metade do século XVI até o início do século XVII, vastos espaços no norte e nordeste de Minas. No mesmo período, conforme observa Paranhos (2015) e Holanda (2010), também são realizadas várias campanhas ao interior colonial passando pelo sul mineiro (STEFANI, 2016, p. 425).

O bandeirantismo paulista também contribuiu para a abertura de novos caminhos na parte meridional de Minas Gerais. Os bandeirantes conhecidos por iniciarem suas explorações e aberturas de caminhos na província de Minas Gerais foram André de Leão e Willen Glimmer (em 1601), Jerônimo da Veiga (em

1643) e Sebastião Machado Fernandes (1645-1648). Saindo do Vale do Paraíba, principalmente de Taubaté, alcançaram inicialmente a porção sul da província. Essas expedições eram privadas e incentivadas por um projeto da empobrecida Coroa no sentido de explorar outros territórios da sua colônia americana (*IDEM*, 2016), ao custo da morte e do aprisionamento de índios, mas que “foram tratados como irmãos de seus assassinos, como se esse fosse um país construído sem derramamento de uma só gota de sangue” (RAIMUNDO, 2012, pp. 8-9).

À medida que o processo de interiorização se consolidava, vilas e cidades iam sendo criadas em Minas Gerais. Essas vilas se situavam em torno das áreas onde, no final do século XVII, foi encontrado ouro, no centro e em pontos diversos da província.

Daí em diante, difunde-se a notícia sobre as “minas gerais”, termo grafado numa cópia do mapa produzido, em 1700, pelo padre jesuíta Jacó Cocleo. Iniciadas as atividades de exploração do ouro – base fundamental à difusão e localização de povoados na área central de Minas Gerais –, estruturaram-se as primeiras redes e áreas de atividades econômicas complementares naqueles interiores, com destaque para o vale do rio São Francisco (gado) e o Sul de Minas (gêneros de alimentação). Especificamente, conforme Paranhos (2015), na sequência de novas descobertas, numa faixa de centro-leste no sul mineiro, firmam-se os primeiros arraiais e vilarejos, tais como: Aiuruoca (1706), Campanha (1720) e Baependi (1745). Um pouco mais tarde, em 1755, são descobertos depósitos de ouro nas proximidades do arraial de Jacuí (STEFANI, 2016, p. 427).

No ano de 1709 surgem as capitanias de São Paulo e Minas de Ouro, que se dissolveram em 1720 por decisão do governo de Portugal, originando a capitania de São Paulo e a de Minas Gerais. Esse processo resultou, dentre diferentes condicionantes políticos e econômico, do fato de se constituírem nas “minas gerais” os primeiros nós de uma rede interiorana de localidades conectadas com a metrópole lusitana, depois de um processo semelhante

ocorrido no litoral da província da Bahia, onde Salvador e localidades do Recôncavo tinham essa função em vista do cultivo da cana-de-açúcar (ANDRADE, 2013).

No século XVIII, na província de Minas Gerais extraíam-se grandes quantidades de ouro em cidades como Mariana, Ouro Preto, Tiradentes e São João del-Rei. Ainda no século XVIII, a província mineira já tinha grande destaque no setor econômico; porém, logo em 1750 a produção de ouro começou a decair e a metrópole (Portugal) começou a cobrar mais arrecadações de impostos. Após isso surge o movimento que foi denominado Inconfidência Mineira, cujo objetivo era pôr fim ao domínio português na Colônia.

Os primeiros empregos na província eram direcionados para o setor agrícola e a mineração, porém o mais lucrativo para a província foi a mineração. Após a diminuição dessa atividade produtiva, os grandes proprietários de terras começaram a investir na agricultura e na pecuária.

A economia volta a crescer quando o café se torna uma atividade rentável. O café foi introduzido nessas terras no século XIX, tornando-se em seguida a principal cultura da província, cuja relevância pode ser observada na Tabela 1, pela quantidade produzida. O cultivo do café acabou se tornando outro agente de desenvolvimento, atraindo migrantes e demandando a construção de infraestrutura.

Tabela 1 – Quantidade de café e número de reses exportados da província de Minas Gerais entre 1875 e 1885.

Exercícios	Quantidade de café em quilogramas	Número de reses
1875-1876	30.015.423	72.230
1876-1877	39.355.320	69.230
1877-1878	39.958.672	66.128

1878-1879	60.887.533	87.924
1879-1880	42.596.469	89.186
1880-1881	80.368.802	76.186
1881-1882	52.753.726	70.173
1882-1883	84.128.141	100.755
1883-1884	53.888.731	145.138
1884-1885	87.796.663	127.474

Fonte: Brito, 1885.

Desde muito cedo o processo de formação do território mineiro foi marcado pela criação de vias que possibilitavam o contato entre localidades distantes na província e entre estas e a capital provincial, a capital da Colônia e a Metrópole. Mais tarde, essa rede de comunicação ganha novo valor e significado com a criação das ferrovias.

O advento das ferrovias foi uma importante modernização que impactou a vida econômica e social do Império e, de certa maneira, respondeu tanto aos interesses estrangeiros quanto aos dos produtores de café em Minas Gerais e, por conseguinte, no Sul de Minas. Como a produção de café foi muito grande em fins do século XIX e começos do século XX, muitos empresários criaram ferrovias para o transporte desse produto, e esse meio de locomoção serviu também para transportar pessoas, animais, informações e vários tipos de alimentos.

Em 1852, um empreendedor brasileiro chamado Irineu Evangelista de Sousa (popularmente conhecido como Barão de Mauá) recebeu uma concessão, feita pelo governo imperial, para a construção da primeira linha férrea do país. Em 1854 é inaugurada a primeira ferrovia brasileira, uma linha de 14,5 km que ligava a baía de Guanabara a Petrópolis. A estação de onde saiu a primeira

locomotiva foi denominada Barão de Mauá e por isso a ferrovia passou a ser chamada de Estrada de Ferro de Mauá.

A Estrada de Ferro Dom Pedro II foi a primeira a chegar à província mineira, mais precisamente no ano de 1869 (LIMA, 2015). Foram criadas, além dela, outras linhas de ferro na província; as mais conhecidas foram Leopoldina (criada em 1874) e União Mineira (com concessão para construção datada de 1871).

Através do capital acumulado pela venda do café após o surgimento de ferrovias na província, muitos empresários começaram também a criar indústrias, que mais tarde seriam amparadas pelo governo federal logo após a instauração da República.

As primeiras unidades industriais instaladas na província eram simples e geralmente voltadas à produção de alimentos (laticínios e açúcar) e artigos têxteis e siderúrgicos. Também havia indústrias voltadas para o setor agrícola, que se desenvolveram por meio da plantação de algodão, cana-de-açúcar e cereais. A atenção à cafeicultura começa a diminuir a partir de 1930, quando o Estado brasileiro passa a investir na siderurgia e na extração de recursos minerais. Esse processo foi acompanhado pelo crescimento populacional, pela criação de novas localidades e estradas que as conectavam, assim como pela transformação do meio natural em meio geográfico.

Desse modo, a formação territorial de Minas Gerais ocorreu pela presença de diversos fatores, mas principalmente daqueles relacionados com a dinâmica econômica, populacional e agrícola.

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O “valor” de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (SANTOS, 1974, *apud* SANTOS, 1977, p. 87).

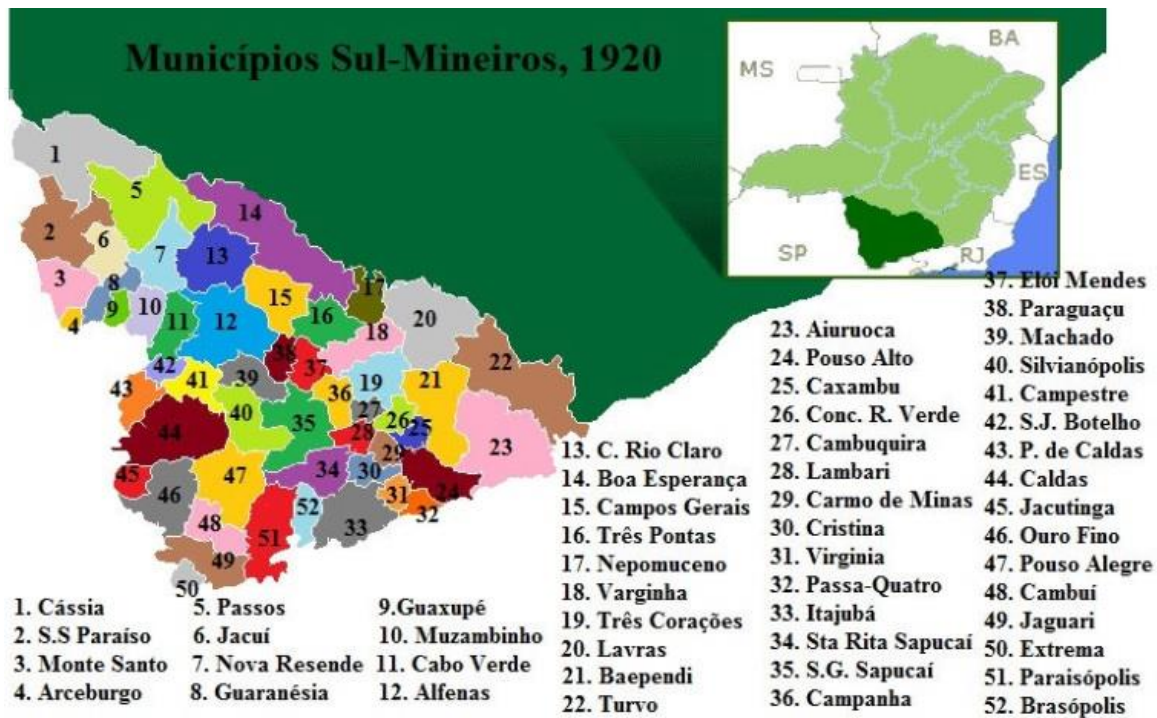
Além dos fatores econômicos, e considerando especialmente a formação de cidades, Vasconcelos (2009) nos apresenta importante conteúdo para o entendimento da formação destas últimas. Para ele, os sujeitos ou agentes modeladores que contribuíram para a formação das cidades no passado foram a Igreja (católica), o Estado, os agentes econômicos, a população e os movimentos sociais.

Nesse período de formação de cidades, de passagem do rural para o urbano, foram ocorreram grandes transformações em todo o mundo ocidental. Pode-se chamá-lo de “período denso”, pois representa momentos de grande intensidade, de importantes transformações que extrapolam o cotidiano, mas que não seriam ainda momentos de ruptura, que colocam a sociedade urbana (ou a sociedade mais ampla) diante de uma nova realidade ou de uma nova ordem (VASCONCELOS, 2009).

CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO SUL-MINEIRA E USOS PASSADOS DO TERRITÓRIO

As transformações pelas quais passaram o recorte espacial que corresponde ao Estado de Minas Gerais resultaram das distintas formas de usos desse território desde o século XVI. A expansão, o tipo e a intensidade desses usos resultaram em diferentes períodos que revelam como se utilizavam os recursos naturais tanto numa escala de maior abrangência, como o Brasil, quanto na de menor vastidão, como o Sul de Minas, que em 1920 era constituída por 52 unidades municipais, como se observa na Figura 1.

Figura 1- Municípios sul-mineiros, 1920.



Fonte: Castilho, 2012.

Santos e Silveira (2005) identificam, *grosso modo*, três momentos na organização da formação do território brasileiro: o dos meios “naturais”, o dos meios técnicos e o do meio técnico-científico-informacional. O período do meio natural, na história da formação do território brasileiro, foi aquele em que a natureza comandava as ações humanas dos grupos indígenas e dos primeiros europeus que chegaram a estas terras; nesse período se inscreve o estágio pré-técnico, em que os europeus sentiram a falta de artefatos que possibilitassem o controle do meio natural. A segunda fase é a dos meios técnicos, em que diversas técnicas foram utilizadas como forma de controlar o meio natural, mas produzindo uma *mecanização seletiva* do território. Com o pós-guerra, houve a integração nacional através da criação de estradas, ferrovias e indústrias, e o Sul de Minas e Alfenas foram impactados por essas mudanças, sobretudo em função da chegada da ferrovia. O meio-técnico-científico-informacional demorou um pouco para ocorrer, tendo se iniciado na década de 1970. Depois, com a revolução das telecomunicações, foi se aperfeiçoando.

Considerando-se a periodização proposta por Santos e Silveira (2005), no primeiro período as terras que hoje correspondem ao Sul de Minas eram habitadas por povos da língua macro-jê. Ainda nesse período inicia-se o processo de povoamento de colonos e seus descendentes; muitos deles eram bandeirantes que, após a decadência da mineração na região central da província mineira, migraram para o sul e outras regiões da província.

No entanto,

[...] será o incisivo bandeirantismo paulista o responsável por “abrir” e “consolidar” caminhos pelo meridional mineiro. Nesse caso, o pioneirismo caberá à bandeira de André de Leão e Willem Glimmer, em 1601. Também transitarão por essas terras os bandeirantes Jerônimo da Veiga (em 1643), Sebastiao Machado Fernandes (entre 1645-48) e Jaques Félix (em 1646). Saídos do Vale do Paraíba, sobretudo de Taubaté (elevada à condição de vila em 1645), dirigem-se, todos eles, à passagem do Embaú, de onde alcançam o leste da porção sul de Minas Gerais. São expedições privadas, ainda que inseridas num projeto mais amplo, referente à necessidade, por parte da recém-restaurada e empobrecida Coroa, de territorializar e explorar os interiores de sua colônia americana (STEFANI, 2016, p. 426).

Até fins do século XVII as expedições que acorriam para o sul mineiro tinham como objetivo precípua o conhecimento e a utilização do território. Algumas expedições, como a taubateana de Antônio Delgado da Veiga e Miguel Garcia, iniciada em 1692, começaram a fazer com que seus assentamentos não tivessem um caráter tão provisório, iniciativa que, de certa maneira, criava meios para a construção de assentamentos humanos fixos; essa expedição fundou um pequeno arraial próximo à serra do Baependi (PARANHOS, 2015, *apud* STEFANI, 2016).

Ao longo do São Francisco, na zona sertaneja, e mais tarde no sul da província desenvolveu-se a pecuária, que serviu de base para a instalação de povoações, fazendas e currais. Mais tarde, na segunda metade do século XVII,

também aumenta o adensamento populacional nas proximidades do rio das Velhas (PRADO JÚNIOR, 2011, *apud* STEFANI, 2016).

Ainda de acordo com Stefani (2016), os bandeirantes continuaram a percorrer outras regiões em busca de novas terras para uso; uma delas foi a faixa centro-leste do Sul de Minas, onde se formaram arraiais e vilarejos, como os de Aiuruoca (1706), Campanha (1720) e Baependi (1745).

Outro fator que permitiu o povoamento do Sul de Minas, assim como no restante da província, foi o processo de migração que ocorreu a partir do século XVIII, após seca ocorrida no nordeste da Colônia (PRADO JÚNIOR, 2008, *apud* DAVI, 2017). Como se observa, a falta de chuvas desde sempre se constituiu num dos fatores dispersores de população no Brasil.

Ainda discorrendo sobre o processo de povoamento do atual Sul de Minas, cabe ressaltar que ele resultou também da introdução de atividades econômicas na região, que já era conhecida no século XVIII pelo desenvolvimento da atividade agropastoril, que também acabou atraindo moradores de outras regiões da província e da Colônia. Mais tarde, a partir do século XIX, o sul mineiro já era reconhecido por sua cultura cafeeira, que também acabou atraindo novos moradores (CASTILHO, 2009).

Um aspecto relevante a ser considerado na discussão sobre o povoamento da província mineira em geral e do Sul de Minas em particular é a contribuição da população cativa, de origem africana. Ao longo do século XIX, Minas Gerais manteve uma grande massa de população escrava devido à comercialização contínua de escravos, apesar de a economia ainda não ser do tipo exportadora e não estar ligada ao comércio internacional (MARTINS, 1983, *apud* PASCOAL, 2007).

Em 1872 a província de Minas Gerais possuía um número significativo de população escrava em comparação com outras províncias. "Eram cerca de 360 mil escravos, população maior que a de qualquer outra província" (PASCOAL,

2007, p. 265). Ainda naquele ano, quando se realizou o primeiro recenseamento brasileiro, o número de escravos estava diminuindo na província, exceto na Zona da Mata e no Sul de Minas (onde a escravidão não era tão significativa). Nessa região, o percentual de escravos, em relação à população como um todo, manteve-se entre 21,3% (1873) e 21,4% (1886) (MARTINS, 1983, *apud* PASCOAL, 2007).

Após a decadência do ouro na região central da província mineira, as atividades agrícolas ganharam maior peso no sul da província, embora as primeiras lavouras estivessem voltadas sobretudo para o abastecimento interno. No século XIX a região passa a destacar-se no cenário provinciano pela sua exportação de produtos para o abastecimento da Corte no Rio de Janeiro (PASCOAL, 2007). Essa participação na pretérita divisão territorial do trabalho interna somente foi possível graças às condições climáticas e hidrográficas favoráveis à realização da atividade agropecuária. Naquele tempo-espaço, as atividades que apresentavam maior destaque eram a produção de arroz, milho, feijão, fumo, carne salgada e queijos e a criação de gado bovino e suíno. Mais tarde, no século XIX, foi inserida a cafeicultura na região, condicionando novas práticas e processos na dinâmica produtiva e na vida social como um todo.

Inicialmente, o café foi introduzido como se fazia com outro tipo de cultura. Mas, com o passar de tempo, grandes fazendeiros começaram a investir mais nas plantações, pois viram que os pés de café haviam se adaptado bem à região. Assim, o café começou a ser exportado para outras regiões do país em quantidades até maiores que as de outras culturas que já eram cultivadas nessas terras, como o milho, por exemplo.

Os grandes produtores de café começaram a acumular mais-valia com a venda do produto, o que possibilitou investir em outras áreas, principalmente na de infraestrutura urbana e na melhoria das condições de muitas estradas que eram utilizadas para o transporte de mercadorias e inclusive desse produto.

No século XIX já havia no Sul de Minas muitas estradas de terra que eram utilizadas para o transporte de pessoas, animais e cargas. Porém, em função do crescimento populacional, do crescimento da produção de culturas agrícolas e da criação de animais, viu-se a necessidade da implantação de algum meio de locomoção que transportasse pessoas e mercadorias de forma mais rápida. Daí o advento das ferrovias no Brasil e em Minas Gérias, tema sobre o qual discorreremos, brevemente mais acima.

As ferrovias chegam primeiramente à Zona da Mata e à região a oeste. Segundo Castilho (2012),

A Minas e Rio foi a primeira estrada férrea a penetrar o Sul de Minas e ainda teria um prolongamento pelo vale do rio Verde até atingir seu ponto terminal em Juréia, em 28 de agosto de 1908, onde se entroncou com a Estrada de Ferro Mogiana (p. 51).

Ainda de acordo com Castilho (2012), baseando-se em Pimenta (2003),

Esta ferrovia, de 170 quilômetros de extensão, tinha início na estação de Cruzeiro e passava por outras oito estações: Itanhandu), Pouso Alto, Fazendinha (Carmo de Minas), Soledade, Contendas (Conceição do Rio Verde) e Três Corações (p. 51).

O Sul Mineiro foi uma das regiões da província que sofreu modificações tanto ambientais como econômicas em pouco espaço-tempo. Após a decadência do ouro essas terras ganharam destaque para a agropecuária, que era uma atividade voltada tanto para o comércio interno da província quanto para o comércio com outras províncias, como São Paulo e Rio de Janeiro. Outro fator que modificou a vida dos habitantes do Sul de Minas foi a inserção das ferrovias, que facilitou o transporte de mercadorias, animais, pessoas e informações entre várias localidades. A constituição de Alfenas como cidade foi, ao mesmo tempo, condição e reflexo desse e de outros eventos.

A FORMAÇÃO DE ALFENAS ENQUANTO CENTRALIDADE URBANA

No Brasil, as primeiras vilas e cidades surgiram como necessidade de Portugal de fincar as bases dos processos de colonização nas terras descobertas em 1500.

À medida que o processo de apropriação do território colonial se amplia, resultando num maior uso dos recursos da natureza, bem como num dinamismo populacional e econômico, amplia-se também o número de fazendas, igrejas, assentamentos populacionais, caminhos e conexões dispostos em diferentes localidades da colônia [...]. Uma dimensão dessa dinâmica colonial se mostra na ampliação do número de vilas desde a primeira criada no Brasil, a de São Vicente, em 1532, na província de São Paulo (PORTO, 2018, p. 105).

Em termos gerais, os primeiros assentamentos construídos na Colônia foram distribuídos no litoral e nas margens de rios, pois a “facilidade de comunicação por via marítima e presença de importantes corredores fluviais constituiu um dos fundamentos da política de ocupação portuguesa” (PORTO, 2014, p. 94). Deffontaines (1944) amplia o número de condicionantes que possibilitou a formação dessas localidades. Para ele, as primeiras cidades brasileiras não se formaram em aglomerações; elas começaram por meio de grandes propriedades ou fazendas, onde havia colônias de trabalhadores rurais organizadas em formato de pequenas cidades operárias ou de retiros e currais. Cidades também se formaram em consequência da evangelização, quando os missionários, com o propósito de expandir a fé católica, erigiram igrejas e conventos que acabavam agregando construções no seu entorno.

Essas aglomerações eram todas concebidas num mesmo plano, quer fossem estabelecidas por jesuítas, franciscanos, dominicanos ou salesianos. Diante da igreja costumava haver uma grande praça retangular, o largo da matriz, e dos lados dela ficavam as casas dos índios, dispostas geometricamente. Muitas aglomerações de origem religiosa foram assim constituídas até nas

regiões mais longínquas; mesmo na Amazônia, os jesuítas fundaram milhares de aldeias (DEFFONTAINES, 1944).

As terras que hoje fazem parte do município de Alfenas eram ocupadas inicialmente por antigas tribos indígenas nômades e, depois, por descendentes de colonos que viviam espalhados nas áreas rurais. Em 1793 essas terras se tornaram propriedade do alferes Domingos Vieira e Silva, um português que se havia estabelecido no Brasil em 1781 e que as recebera por ordens reais de Dona Maria I (DAVI, 2017). Ao se tornar proprietário, estabeleceu residência e, com a esposa e o filho, e começou a cultivar cana e a criar gados, dentre outras atividades.

O pontapé inicial para a formação de Alfenas se deu em 1799, quando o alferes Domingos solicitou à autoridade eclesiástica regional autorização para construir uma pequena ermida no local, identificado inicialmente como Pedra Branca. Em 1803 o mesmo alferes obteve autorização para a construção da capela, cuja construção só foi possível graças à cooperação de amigos e conhecidos que moravam no entorno do lugar onde seria erigida (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

A capela, que se tornou igreja, foi denominada Nossa Senhora das Dores e São José da Pedra Branca, subordinada a uma paróquia maior, a de Cabo Verde. A construção da capela acabou atraindo novos moradores, que se assentaram no seu entorno; a localidade que daí desponta passa a ser chamada de São José e Dores da Pedra Branca, condicionando a criação da paróquia do mesmo nome em 1832. Com a criação da paróquia, a localidade passa a ser chamada de Vila Formosa. Com o tempo, a população teve um aumento considerável e por isso, já em 15 de outubro de 1869, a vila passa a ser uma cidade com a denominação de Formosa de Alfenas. Somente em 23 de setembro de 1871, conforme lei nº 1791, que a cidade passa a se chamar Alfenas.

FUNDAÇÃO E CRESCIMENTO DA CIDADE: PAPEL DOS AGENTES

Após a construção da primeira capela (que mais tarde se tornou igreja), o alferes José Vieira e outros homens de posse deram início aos primeiros arruamentos e construções no seu entorno, e tempos depois a população também começou a habitar locais mais afastados da capela que mais tarde se tornaram bairros.

Pela análise de arquivos históricos sobre o município, verifica-se que o surgimento dos primeiros bairros de Alfenas foi condicionado, dentre outros fatores, pela presença da Igreja Católica.

Essa instituição possuía significativo número de atribuições. Os bispos, por exemplo, escolhiam áreas territoriais onde seriam criadas igrejas matrizes e catedrais; mais tarde esses lugares condicionaram a criação de freguesias, que eram unidades territoriais administrativas. Desse modo as “igrejas também tinham um importante papel social, tanto nas questões de socialização, como na parte de fazer registros civis”, esclarece o autor (VASCONCELOS, 2000, *apud* DAVI & PORTO, 2016, p. 590).

No que se refere às ordens leigas, apesar de estarem ligadas às igrejas, eram independentes. Eram formadas por homens e mulheres que buscavam fazer caridades; algumas tinham até funções diferenciadas, como empréstimos de dinheiro, por exemplo. Parecidas com as ordens leigas, havia as ordens terceiras, em que os candidatos deviam ter posses para poder participar delas; ao participar dessa ordem, o integrante tinha benefícios em outras cidades que tivessem a mesma ordem.

O Estado tinha diversas funções, como apoiar e fiscalizar assuntos relacionados com as atividades econômicas, saber assuntos relacionados ao clero, realizar obras e cuidar da manutenção das tropas. As câmaras municipais ficavam responsáveis por arrecadação de impostos, controle de preços, taxas,

administração do comportamento dos escravos, limpezas de ruas, cuidado com os animais, destino dos lixos, dentre outros assuntos.

Quanto aos agentes econômicos, eram formados principalmente por grandes proprietários rurais, envolvidos na produção agrícola, que investiam tanto nas fazendas quanto nas vilas e cidades. Muitos desses proprietários tinham também casas e cargos nestas últimas; alguns exerciam influência política e tinham cargos nas câmaras municipais. Havia também os comerciantes e os financistas, que se destacavam nas cidades portuárias, muitos deles envolvidos com atividades voltadas para a exportação e a importação de produtos. Os artesãos realizavam trabalho manual na produção de itens que satisfaziam às necessidades primárias de moradores mais abastados; tinham pouco prestígio, mas muitos compravam escravos para ajudar nos trabalhos, embora não fossem os principais agentes responsáveis pelo comércio negreiro na Colônia (VASCONCELOS, 2000).

A população e os movimentos sociais eram formados por pessoas assalariadas, que exerciam funções públicas. A maioria delas morava em casas de ordens leigas ou de ordens terceiras, ou então em casas simples, construídas pelos que vivem em condições insalubres, sem trabalho fixo e entregues à própria sorte. Um dos maiores problemas que afetavam a vida cotidiana da população alfenense na Primeira República era a pobreza. Tem-se conhecimento de que a grande imigração para o Brasil, somada a uma população recém-egressa da escravidão e a um enorme contingente de homens pobres oriundos do mesmo contexto (EUGÊNIO & PORTO, 2018), contribuiu para o agravamento desse quadro.

Dentre os agentes modeladores da formação socioespacial de Alfenas destaca-se a atuação da Igreja, que, agindo conjuntamente com o governo provincial/estadual e com os proprietários fundiários e os comerciantes, foi identificada entre os agentes de peso que fizeram com que essa cidade

mantivesse o seu papel de centralidade no sul de Minas desde a sua criação. Antes de discutir alguns desses agentes na conformação do espaço por meio da construção de igrejas, escolas e hospitais, discorreremos sobre alguns aspectos da estrutura econômica e socioespacial que se foi desenvolvendo ao longo do tempo.

EVIDÊNCIAS DA CENTRALIDADE DE ALFENAS

Sabe-se que a cidade de Alfenas, localizada na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, não se formou, enquanto centralidade, em função da extração de ouro e pedras preciosas, mas a partir do desenvolvimento de atividades agropastoris que eram praticadas na região. Essa vocação para a agropecuária se expressa em toda a história da cidade. Em 1920, por exemplo, o município possuía 736 estabelecimentos agrícolas que cultivavam e comercializavam mais de um tipo de cultura agrícola. Os produtos que eram mais produzidos eram, em ordem decrescente: milho, arroz, laticínios (leite, nata, manteiga, queijo), feijão e café (EUGÊNIO, 2015), sendo que este último, já se destacava na produção municipal desde o final do século XIX (VEIGA, 1874).

Já no final dos Oitocentos, por conta da produção considerável de alimentos, proprietários fundiários e produtores locais se reuniram para discutir a possibilidade de integrar o município à nascente rede ferroviária em expansão no país. O projeto saiu do papel e em 1897 a primeira linha férrea chega a Alfenas, na localidade de Gaspar Lopes (atualmente um bairro afastado da cidade). Essa linha fazia parte da Estrada de Ferro Muzambinho (criada em 1892) e incorporada pela Estrada de Ferro Minas—Rio em 1908. Em 1928 essa linha chega ao entorno do centro da cidade; este último ramal fazia parte da Estrada de Ferro Sul-Mineira (EUGÊNIO, 2015).

Em 1930 a linha férrea que passava no centro de Alfenas se integrou à Estrada de Ferro Machadense, que possuía cerca de 41 km de extensão, ligando

assim a cidade de Alfenas ao município de Machado. Ou seja, a integração de Alfenas à rede ferroviária regional se deu, primeiro pelo norte (via Estrada de Ferro Muzambinho) e pelo Sul (via Estrada de Ferro Machadense).

Outra variável que possibilita esclarecer a notoriedade de Alfenas refere-se à quantidade de municípios que possuíam veículos nas décadas iniciais do século XX. Em 1922 o município de Alfenas possuía um número representativo de meios de locomoção. Havia diferentes tipos de veículos na cidade, como se observa na Tabela 2. Destaca-se o número de automóveis, que eram vinte em 1922 e chegavam a 127 em 1933.

Tabela 2: Veículos em Alfenas, 1922-1939.

Tipo de veículo	Quantidade						
	1922	1923	1926	1927	1928	1931-1933	1939
Automóvel	20	2	62	72	78	127	50
Auto-ônibus "Baratinha"	-	-	1	-	2	-	-
Bicicleta	-	-	-	10	-	9	-
Caminhão	1	-	20	11	21	-	-
Carregador	1	5	-	-	-	-	-
Carregador de carrocinhas	1	-	-	-	-	-	-
Carro	71	110	-	-	64	-	-
Carro de boi	227	-	-	-	-	114	-
Carroça	13	6	-	-	11	-	-
Carroça de frete	1	-	-	-	-	-	-
Charrete	-	-	-	-	1	-	-
Motocicleta	1	-	-	-	1	1	-

Fonte: Eugênio, 2013.

Gostaríamos ainda de destacar outras variáveis que denotam a centralidade de Alfenas. Referimo-nos à presença, no município, de 101 estabelecimentos varejistas em 1940, que empregavam 142 pessoas, e de 39 lojas de venda no atacado, bem como à quantidade de pessoas que possuíam

curso superior no final da década de 1930: 64 moradores eram diplomados nesse nível de ensino, possível reflexo da criação de uma faculdade particular em 1914: a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) (PORTO, 2016).

Outro aspecto da centralidade de Alfenas se verifica na presença de imigrantes internacionais e daqueles que conseguiram cidadania brasileira. Em 1940, residiam em Alfenas 115 estrangeiros (dos quais 54 eram italianos) e 41 haviam conseguido se naturalizar brasileiros. A rede migratória na qual se inseria a localidade é uma boa representação da dinâmica urbana da cidade em pelo menos três aspectos: a existência de comunicação com outros centros, a presença de um ambiente atrativo para os que vinham de fora e a possibilidade de incorporação de costumes/práticas diferentes daqueles da sociedade local (PORTO, 2016, p. 9).

A inserção de Alfenas na rede ferroviária regional e o número relevante de veículos que trafegava em suas ruas, bem como a presença robusta de pontos de comércio, de graduados e de moradores estrangeiros, foram, ao mesmo tempo, condição e reflexo da inserção de objetos geográficos que iam sendo incorporados ao território municipal desde a emancipação municipal em 1869, entre eles igreja, escolas e hospital.

O PAPEL DE INSTITUIÇÕES NA ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE

Desde o ensino fundamental aprendemos que a Igreja Católica apoiou fortemente as monarquias europeias em suas viagens exploratórias à América. No caso da colonização do Brasil, os exploradores portugueses trouxeram consigo missionários, entre eles os jesuítas, cujas missões foram relevantes no processo de uso e ocupação das novas terras descobertas.

Fausto (2002, *apud* ROSÁRIO & MELO, 2015) relata que os jesuítas começaram a colocar em prática suas atividades educativas desde o Governo Geral até o final de século XVIII. O Governo Geral havia sido criado devido à necessidade da metrópole lusitana de se apropriar dos recursos naturais da

Colônia, bem como para evitar a chegada de colonizadores de outras sociedades europeias. Os jesuítas que vieram para o Brasil exerceram o papel de catequizar e educar os povos originários e os colonos, bem como participar de assuntos relacionados com a administração da Colônia por Portugal.

Inicialmente, as missas e ensinamentos eram realizados em lugares abertos; com o tempo, os jesuítas e padres começaram a construir escolas e igrejas. Sabe-se que as igrejas contribuíram para a formação das primeiras vilas e cidades; as igrejas principais localizavam-se inicialmente em assentamentos de maior importância política e econômica para a metrópole, e as mais simples, as capelas, eram erigidas em localidades de menor relevância para a Coroa portuguesa, mas o fim precípua dessa territorialização era fincar as bases para a interiorização lusitana.

Essa política perdurou nos quase trezentos anos de colonização lusitana efetiva e continuou mesmo depois da independência política do Brasil, em 1822. Ou seja, a construção de uma capela ou igreja era uma condição *sine qua non* para a formação de povoamentos e núcleos urbanos. Processo semelhante ocorreu com Alfenas, cujo marco relevante para a criação da cidade foi a criação da paróquia de São José e Dores em 1832, fato que contribuiu para que a Vila Formosa se transformasse em cidade em 1871.

Desde a criação da primeira capela até meados do século XX, observa-se que se ampliou o número de igrejas católicas na cidade. Em 1952, final do período que estamos estudando, o município de Alfenas já possuía quatro igrejas e um contingente populacional de 19.803 habitantes (Censo de 1950). A primeira igreja de Alfenas, a de São José e Dores, fundada no começo do século XIX, contribuiu, como mencionado, para o povoamento inicial, localizando-se no marco inicial da cidade, hoje Praça Getúlio Vargas. A segunda a ser construída foi a capela de Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1895. Era uma capela baixa, porém espaçosa, e dentro dela eram enterrados os membros da sociedade local

de maior poder aquisitivo. Essa capela também se localizava no centro da cidade. A terceira foi a capela de Santos Reis, criada em 1917 em um local denominado Região dos Aflitos, área afastada do centro; relatos históricos e orais revelam que antes da capela já havia alguns moradores, descendentes de escravos, que ali já residiam. A quarta igreja construída no período abarcado pelo nosso estudo foi a de Nossa Senhora Aparecida, criada por volta de 1910 na parte alta do Córrego do Chafariz, hoje situada no bairro Aparecida. Além das missas, sabe-se que nessa igreja eram realizados outros eventos (DAVI, 2017), fato que ocorre até os dias atuais.

A criação dessas igrejas possibilitou a expansão da área construída da cidade de Alfenas. Enquanto as duas primeiras possibilitaram a consolidação do centro da cidade e a concentração de serviços para a sua população, as duas últimas foram marcos iniciais para a formação de bairros. A capela de Santos Reis deu origem ao bairro do mesmo nome, e a igreja de Nossa Senhora Aparecida foi determinante para a criação e consolidação do bairro Aparecida.

Os exemplos acima indicam o papel que as igrejas tiveram e ainda têm na formação de Alfenas e, de certa maneira, das cidades brasileiras em geral. Esse poder na estruturação das cidades continua presente ainda hoje. Basta constatar que a maioria das cidades possui em seu centro uma igreja que, além da realizar missas, é também responsável por organizar festas dedicadas a santos, festas juninas, quermesses e eventos sociais propriamente ditos, entre outras ações. Ou seja, a Igreja Católica continua sendo responsável, entre tantas outras atribuições, pelo uso do território das cidades para fins culturais.

Outra instituição que também dinamizou a vida no interior das vilas e cidades no Brasil foi a escola. Gostaríamos de enfatizar, ainda que brevemente, o papel dela como indutora de um tênue dinamismo de assentamentos humanos no Brasil (e no interior deles), bem como em Alfenas. Como vimos anteriormente, as primeiras atividades educativas desenvolvidas no Brasil foram

trazidas pelos jesuítas, como parte das atividades da Companhia de Jesus. Movidos pela vontade de propagar a sua fé, os jesuítas foram praticamente os únicos educadores no país durante mais de duzentos anos.

Os primeiros jesuítas que aportaram no Brasil tinham Manuel da Nóbrega como diretor da evangelização e do processo educacional de conversão dos indígenas:

Em 1550, os missionários colocaram em funcionamento, na Bahia e em São Vicente, duas escolas de ler e escrever, com meninos órfãos, visando sobretudo à formação de sacerdotes que pudessem se somar aos jesuítas em seu trabalho catequético. Em 1553, acompanhando o segundo Governador Geral, Duarte da Costa, um novo grupo de jesuítas chegou ao Brasil. Neste grupo chega José de Anchieta. Sob o comando do padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas e suas obras espalharam-se pelo país em regiões como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em 1570, já possuíam oito estabelecimentos de ensino, sendo cinco escolas de nível elementar e três colégios de nível médio (ROSÁRIO & MELO, 2015, p. 384).

O governo português, além de subsidiar a construção de escolas e colégios jesuíticos, investia na formação de sacerdotes para catequisar e instruir indígenas, mamelucos e os filhos dos colonos. Até 1759 foram criadas escolas elementares, secundárias, missões e seminários, porém a partir desse ano o marquês de Pombal expulsou os jesuítas do país (ROSÁRIO & MELO, 2015).

Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, os colonos que aqui estavam decidiram investir mais em educação formal e atividades culturais. Começaram a ser criadas instituições científicas e culturais, e ensino técnico e cursos superiores passaram a ser oferecidos. Porém foi somente após a Independência do Brasil, em 1822, que o assunto educação recebeu maior atenção por parte das autoridades políticas, pois o país, recém-criado, precisava de um ordenamento político, administrativo e institucional, e para isso o Estado

devia investir na educação a fim de formar pessoas aptas para os cargos do governo.

Em 1871 é aprovada a lei nº 1.769, que permitia a criação de *escolas normaes* (escolas destinadas à formação de professores). Mesmo com o avanço na formação de professores, havia falta de verbas para a criação de muitas escolas, e ainda havia uma difícil aceitação, por chefes de família, da educação de crianças e jovens, pois a maioria deles trabalhava, desde pequenos, principalmente nas áreas rurais.

As escolas deviam ter um determinado número de alunos frequentes. Caso isso não ocorresse, corriam o risco de serem fechadas, e isso acontecia em vários lugares, pois muitos alunos que entravam nas escolas deixavam de frequentá-las depois de algum tempo, geralmente nas épocas de colheita. Esse aspecto marcou o funcionamento das primeiras escolas em Alfenas.

Segundo relatos históricos, os primeiros espaços de educação no município de Alfenas eram chamados de *grupos escolares*. Havia esses espaços na cidade e na zona rural. A primeira instituição a ser construída foi o Grupo Escolar Coronel José Bento (em 1909), financiado pelo próprio coronel. Em 1921 foi criado outro colégio ou escola normal, chamado Sagrado Coração. Esse colégio surge após a chegada de freiras francesas, que inicialmente vieram para auxiliar em serviços de caridade voltados para pessoas doentes da cidade. Outro grupo escolar antigo em Alfenas foi o Grupo Escolar Minas Gerais, localizado na antiga Rua Raul Soares. Esse grupo teve de mudar-se, em 1937, para a Rua Presidente Artur Bernardes devido a um incêndio ocorrido no endereço anterior (DAVI, 2017).

A criação dessas primeiras instituições de ensino teve um grande impacto na vida dos moradores. Pois no período em estudo a taxa de analfabetismo era grande, e com o surgimento das escolas muitas pessoas tiveram oportunidade de aprender a ler e escrever, o que lhes permitia obter melhores empregos.

Das instituições de ensino criadas no período em questão, aquela que, sem dúvida, mais impactou a dinâmica da cidade de Alfenas foi a EFOA (Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas), fundada em 3 de abril de 1914 por João Leão de Faria, como mencionado acima. Inicialmente a EFOA oferecia o curso de Farmácia, e no ano seguinte à sua criação também passa oferecer o curso de Odontologia. Em abril de 1931, através do Art. 26 do Decreto 19.851, a instituição passa a ser reconhecida em todo o país como instituição de ensino superior. A instituição foi crescendo, criando cursos e aumentando a oferta de vagas, e através da lei 11.154/2005 se torna universidade em 2005, passando a ser chamada de Universidade Federal de Alfenas (DAVI, 2017).

Com o surgimento das instituições de ensino, mas principalmente com a oferta de ensino superior na cidade, houve maior valorização das casas próximas dessas instituições, pois muitos estudantes, principalmente os da faculdade, procuravam imóveis próximos para alugarem, propiciando assim maior dinamização tanto econômica quanto populacional do município.

Assim como as Igrejas e as escolas, outro elemento que condicionou o crescimento das cidades de um modo geral, e de Alfenas em particular, foram os hospitais.

A palavra *hospital* nos remete a um lugar que cuida de pessoas doentes, mas antes dos hospitais já havia formas e espaços para cuidar dos enfermos. Desde tempos antigos, quando uma pessoa ficava doente a assistência era ofertada por familiares, curandeiros, sacerdotes, parteiras, enfermeiras ou médicos, que tinham por objetivo aliviar as dores dos seus pacientes ou curá-los. Daí surgem os hospitais.

Com o passar dos anos e o aumento da população, foram criados os primeiros hospitais no país. O primeiro foi o Hospital de Todos os Santos, criado por Brás Cubas em 1º de janeiro de 1545 na cidade de Santos-SP. Também foram fundadas instituições para a formação de médicos, cujo objetivo era que

cada cidade pudesse ter pelo menos um médico, nem que fosse particular. Mas como, no período em estudo, a maioria da população ainda vivia na zona rural, era comum que as pessoas se tratassem conforme costumes tradicionais, inclusive com curandeiros. Desse modo, os serviços médicos estavam disponíveis apenas para um pequeno número de brasileiros, sobretudo os que pertenciam à elite econômica e política do país.

No caso de Alfenas, somente em 1907 é que se criou o primeiro hospital no município, a Santa Casa, cujo terreno foi doado por Gaspar Lopes. O objetivo era atender a população pobre e desfavorecida da cidade, pois a maioria das pessoas de posses possuíam médicos particulares para as suas famílias. O começo da construção do hospital se fez por meio de doações, mas logo o governo passou a liberar verbas para ajudar a instituição (DAVI, 2017).

A Santa Casa tinha pelo menos dois médicos para atender os pacientes. Além deles havia freiras e uns poucos funcionários. Além da Santa Casa, era comum as pessoas do município de Alfenas tratarem de suas enfermidades com ervas muitas vezes encontradas no seu próprio quintal. Havia ainda várias parteiras, tanto na zona rural quanto na cidade.

A criação da Santa Casa em Alfenas também possibilitou o crescimento da cidade, pois com essa instituição aumentou a expectativa de vida das pessoas. O hospital contribuiu para a população enferma tanto do município quanto dos municípios vizinhos, que passou a beneficiar-se dos tratamentos e cuidados oferecidos pelo hospital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recomposição da geografia histórica de Alfenas e das totalidades nas quais se insere é um projeto a ser realizado a longo prazo e por meio da cooperação de muitos estudiosos que se interessam pelo estudo da dimensão histórica do espaço geográfico. Buscou-se neste escrito, a partir da aceitação de

que existe uma formação socioespacial brasileira, contribuir para esclarecer como se deu o processo de constituição da cidade de Alfenas, a partir do processo de estruturação da província mineira, bem como do recorte regional que se convencionou chamar de Sul de Minas.

Alfenas e a zona na qual se insere têm sua configuração territorial resultante da forma como diferentes agentes sociais, econômicos e políticos foram se apropriando do território e passaram a utilizá-lo, embora de início os objetos naturais tenham condicionado, de certa maneira, o desenvolvimento de atividades produtivas. À medida que a técnica se integra ao espaço existente, novas possibilidades de usos do território se estabelecem tanto por agentes internos quanto externos. No caso do Sul de Minas, a chegada dos trilhos, impulsionados pela cafeicultura e por demandas externas, é um bom exemplo da tecnificação do meio geográfico e das implicações desse processo de dinâmica social e produtiva como um todo.

As ferrovias também ampliaram a urbanização e a socialização das pessoas, conectando, de maneira mais rápida, Alfenas e outras localidades mineiras à capital do país, na época o Rio de Janeiro, bem como a outras cidades da rede urbana regional. Além das linhas férreas, a construção de objetos geográficos como igrejas, escolas e hospital também dinamizou usos do espaço, possibilitando a consolidação de cidades e o seu crescimento. No caso de Alfenas, a construção desses elementos contribuiu, de maneira decisiva, para a formação e consolidação de novos bairros, para a criação de eventos religiosos e serviços e para a atração populacional, fortalecendo assim a sua centralidade e a participação da sociedade alfenense e mineira, juntamente com outras tantas localidades, províncias, agentes, objetos e processos que levaram à formação socioespacial brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Câmara Brasileira do Livro, 1996.

ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTO, I. E. et al. (org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. pp. 197-245.

ALVIM, P. F. Estrada de ferro Leopoldina em Leopoldina-MG. Disponível em <<https://leopoldinense.com.br/video/105/estrada-de-ferro-leopoldina-em-leopoldina-mg>>. Acesso em 09 ago 2020.

ANDRADE, A. B. **O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial**. Salvador: EDUFBA, 2013.

CARVALHO, L. Colonização do Brasil". Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/colonizacao-brasil.htm>>. Acesso em 16 ago 2020.

CASTILHO, F. F. A. A economia sul-mineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira (1870-1920). **Revista de história econômica e economia regional aplicada**, v. 4, n. 6, jan-jun 2009.

_____. As estradas de ferro do Sul de Minas. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 7, n. 12, jan-jun 2012.

CASTRO, J. F. P. **Relatório da Província de Minas Gerais, de 1877**. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais>. Acesso em 10 set 2020.

DAVI, R. R. **Memórias da evolução socioespacial da cidade de Alfenas-MG entre 1874 e 1952**. Trabalho de conclusão de Curso de Geografia Bacharelado. Unifal. Alfenas-MG, 2017.

DAVI, R. R.; PORTO, G. C. S. A igreja católica e a expansão urbana da cidade de Alfenas-MG entre o século XIX e XX. In: **Anais... II Simpósio Mineiro de Geografia e IV Seminário de Pós-Graduação em Geografia**. Juiz de Fora, 2016.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 14, pp. 141-148, 1944.

EUGÊNIO, A. Urbanização e modernização no sul de Minas Gerais. O caso do município de Alfenas durante a Primeira República. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 7, n. 10, jan/ago 2015.

_____. **Fontes para o estudo da história de Alfenas: a documentação manuscrita do executivo e legislativo municipais 1860-1982.** Unifal. Alfenas-MG, 2013.

EUGÊNIO, A.; PORTO, G. C. S. **Cotidiano em Alfenas (MG) durante a Primeira República: conflitos e agentes.** Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e III Encontro Nacional de Geografia Histórica. Viçosa-MG, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Conheça Minas – História.** Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conheca-minas/historia>. Acesso em 30 jul 2020.

GUIDON, N. Las unidades culturales de São Raimundo Nonato, sudeste del estado de Piauí. In: BRYAN, A. L. (org.). **El Poblamiento de América.** México: UISPP, 1981, pp. 101-111.

GUIDON, N.; ANDREATTA, M. D. O sítio arqueológico Toca do Sítio do Meio, Piauí. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica.** n. 3, pp. 7-29, Recife, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Território brasileiro e povoamento.** Disponível em: < <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/descoberta-do-ouro.html> >. Acesso em 14 ago 2020.

LIMA, P. L. O. **Ferrovia, sociedade e cultura (1850-1930).** 2. ed. Editora Fino Traço. 2015.

MATOS, R. E. S.; COSTA, A. **Luzes e forjas: o lugar da modernização na formação socioespacial de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Quixote+Do Editoras Associadas, 2019.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira.** Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

ORNELLAS, C. P. Os hospitais: lugar de doentes e de outros personagens menos referenciados. **Revista Brasileira de Enfermagem.** v. 51, n. 2, pp. 253-262. Brasília, abr/jun 1998.

PASCOAL, I. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Economia e sociedade,** v. 16, n. 2 (30), Campinas, ago 2007.

PORTO, G. C. S. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimento**. 246 f. Tese de doutorado em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/IGCC-9NBQ9P>>. Acesso em 12 set 2020.

_____. Notas sobre os impactos da construção da Rodovia Fernão Dias no espaço intraurbano de Alfenas (MG), em meados do século XX. In: **Anais... XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís, 2016.

_____. Gênese e dimensões da rede de vilas e núcleos de ocupação na Bahia no setecentos. **GeoTextos**, v. 14, n. 2, dez 2018, p. 89-115. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/27443/17136>>. Acesso em 12 set 2020.

ROSÁRIO, M. J. A.; MELO, C. N. A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR On-Line**, 15(61), 2015, pp. 379-389. Disponível em <<https://doi.org/10.20396/rho.v15i61.8640534>>. Acesso em 31 ago 2020.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp. 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Atlas Histórico e Geográfico do Município de Alfenas. Estado de Minas Gerais**. Alfenas-MG, 2002.

STEFANI, J. Sul de Minas na primeira metade do século dezanove: potencial de centralidade urbana e sua distribuição territorial. **Caderno de Geografia**, v. 26, n. 46. 2016.

VASCONCELOS, P. A. Os agentes modeladores de Salvador no Período Colonial. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano II, n. 3, jan 2000. Salvador-BA.

_____. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, dez 2009.

VEIGA, B. S. **Almanach Sul-Mineiro para 1874**. Campanha: TYP do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

Submetido em: 23 de setembro de 2020.

Aprovado em: 19 de maio de 2021.

Publicado em: 29 de junho de 2021.